

RECURSO ESPECIAL Nº 1.773.487 - SP (2018/0268311-9)

RELATOR : **MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**
RECORRENTE : INDUSTRIA QUIMICA RIVER EIRELI
ADVOGADOS : FABIO BOCCIA FRANCISCO E OUTRO(S) - SP099663
AMANCIO GOMES CORRÊA - SP016060
LUIZA FERNANDA BARROS ONOFRE - SP351607
RECORRIDO : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR : AIRA CRISTINA RACHID BRUNO DE LIMA E OUTRO(S) - SP118351

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. ALEGAÇÃO GENÉRICA DE OFENSA A DISPOSITIVOS DE LEI FEDERAL. DEFICIÊNCIA DA FUNDAMENTAÇÃO RECURSAL. SÚMULA 284/STF. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto com fundamento no art. 105, inc. III, "a" e "c", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, assim ementado (fl. 229):

Direito tributário. Adesão a programa de parcelamento de débito tributário. PPI. Causa de suspensão do crédito tributário. Preservação dos efeitos dos atos de constituição do crédito tributário. Pressupostos de fato e de direito do crédito tributário insuscetíveis de anulação em sede de mera discussão do ato jurídico de adesão ao programa. Inexistência de vício da vontade ou defeito dos atos jurídicos em geral. Ação ora julgada improcedente. Recursos providos.

Embargos de declaração rejeitados.

Nas razões de recurso especial, a recorrente aponta, além de dissídio jurisprudencial, ofensa aos artigos 1.022, II; 489, §1º, IV; 373, I; e 1.013 do CPC/2015 e Lei 9.250/95 pugnando pela reconhecimento da "nulidade do acórdão por falta de fundamentação, não apreciação de todos os argumentos e erro na valoração das provas, reconhecendo-se a redução da multa confiscatória, dentro dos limites legais, com a devolução da quantia paga indevidamente, corrigida e atualizada, bem como a declaração incidental da inconstitucionalidade dos juros aplicados pela Recorrida, com a devolução dos juros excedentes; prescrição anual" (fl. 260).

Contrarrazões às fls. 332/355.

Juízo positivo de admissibilidade às fls. 356/357.

É o relatório. Passo a decidir.

Revelam-se deficientes as razões do recurso especial, porquanto, a recorrente limitou-se a expor alegações genéricas, sem vincular especificamente o dispositivo de lei violado e a respectiva tese jurídica, o que inviabiliza a exata compreensão da controvérsia e impede o conhecimento do recurso especial por deficiência na argumentação recursal, a teor da Súmula 284/STF.

Nesse sentido:

TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. ALEGAÇÃO GENÉRICA DE OFENSA A

DISPOSITIVOS DE LEI FEDERAL. DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. INCIDÊNCIA, POR ANALOGIA, DA SÚMULA N. 284/STF. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO DO ART. 112 DO CTN. INCIDÊNCIA, POR ANALOGIA, DA SÚMULA N. 282/STF. ERRO MATERIAL NÃO CONFIGURADO. ARGUMENTOS INSUFICIENTES PARA DESCONSTITUIR A DECISÃO ATACADA. APLICAÇÃO DE MULTA. ART. 1.021, § 4º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. DESCABIMENTO.

I - Consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. Aplica-se o Código de Processo Civil de 2015.

II - Quando a arguição de ofensa ao dispositivo de lei federal é genérica, sem demonstração efetiva da contrariedade, incide, por analogia, o entendimento da Súmula n. 284, do Supremo Tribunal Federal.

III - A ausência de enfrentamento da questão objeto da controvérsia pelo tribunal a quo impede o acesso à instância especial, porquanto não preenchido o requisito constitucional do prequestionamento, nos termos da Súmula n. 282 do Supremo Tribunal Federal.

IV - É firme o posicionamento desta Corte segundo o qual o erro material é aquele aferível *prima facie*, revelando-se, de imediato, o descompasso entre o pensamento do julgador e a sua manifestação no pronunciamento judicial, o que não ocorre no caso dos autos.

V - A parte agravante não apresenta argumentos suficientes para desconstituir a decisão recorrida.

VI - Em regra, descabe a imposição da multa, prevista no art. 1.021, § 4º, do Código de Processo Civil de 2015, em razão do mero improvimento do Agravo Interno em votação unânime, sendo necessária a configuração da manifesta inadmissibilidade ou improcedência do recurso a autorizar sua aplicação, o que não ocorreu no caso.

VII - Agravo Interno improvido (AgInt no REsp 1703064/RS, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 28/08/2018, DJe 03/09/2018).

TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. VIOLAÇÃO AOS ARTS. 458 E 535 DO CPC/73. ALEGAÇÃO GENÉRICA. SÚMULA 284/STF. AFRONTA À NORMA FEDERAL. MERA INDICAÇÃO DE DISPOSITIVOS LEGAIS. FALTA DE DEMONSTRAÇÃO OBJETIVA. DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. COMPLEMENTAÇÃO RECURSAL. IMPOSSIBILIDADE.

1. É deficiente a fundamentação do recurso especial em que a alegação de ofensa aos arts. 458 e 535 do CPC/73 se faz de forma genérica, sem a demonstração exata dos pontos pelos quais o acórdão se fez omisso, contraditório ou obscuro, bem como da sua relevância para a correta solução da controvérsia. Aplica-se, na hipótese, o óbice da Súmula 284/STF.

2. Padece o especial apelo de deficiência de fundamentação recursal, atraindo uma vez mais a Súmula 284/STF, quando há a mera indicação dos dispositivos tidos por violados, sem que haja demonstração clara e objetiva de como o acórdão recorrido teria malferido a legislação federal.

3. Não é possível considerar as razões trazidas no agravo em recurso especial nem no agravo interno vertente, para fins de suplantar a

deficiência de fundamentação recursal do apelo raro, visto que os recursos devem estar perfeitos, completos e acabados no momento de sua interposição, em observância aos Princípios da Eventualidade, da Complementaridade e da Preclusão. Precedentes.

4. Agravo interno a que se nega provimento (AgInt no AREsp 234.747/PR, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 19/04/2018, DJe 04/06/2018).

Cumpre registrar que o referido óbice impede a análise da divergência jurisprudencial.

Ante o exposto, **não conheço** do recurso especial.

Caso tenham sido fixados honorários sucumbenciais anteriormente pelas instâncias ordinárias na vigência do CPC/2015, majoro em 10% os honorários advocatícios, observados os limites e parâmetros dos §§ 2º, 3º e 11 do artigo 85 do CPC/2015 e eventual Gratuidade da Justiça (§ 3º do artigo 98 do CPC/2015).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

Ministro BENEDITO GONÇALVES
Relator